

Congresso julga economia

Ricardo Hollanda

O presidente da Comissão de Economia da Câmara, deputado Ralph Biasi, acredita que a comissão pode colaborar com o governo na elaboração de projetos econômicos. No entanto, ressalvou que para implementar a ideia são necessárias mudanças no Regimento Interno da Casa.

Biasi defende a convocação de qualquer ministro ou funcionário que a comissão julgar necessário. Ela deve também possuir o direito de vetar projetos ou pacotes governamentais, como ocorre em certos países. Além disso, ele acredita que se fossem reduzidos o número de sessões do plenário, os deputados estariam mais livres para participar e incrementar as reuniões das diversas Comissões da Câmara. Mas este último item, ressaltou, só poderia ser efetuado se ocorresse um real fortalecimento das comissões.

O deputado mostrou-se satisfeito com as realizações de sua comissão no semestre passado. Disse que os parlamentares membros da comissão já efetuaram diversos debates sobre temas econômicos. Citou como exemplo, eles darem voto contrário à decisão de reerguer o Banco Sulbrasiliero, através da injeção de um trilhão de cruzeiros na entidade.

O presidente da Comissão de Economia disse que o governo tem de enviar ao Congresso Nacional o pacote econômico, que está para ser divulgado. "O que não pode é o governo decretá-lo sem antes ouvir o Legislativo", afirmou o parlamentar. E continuou: "Mas tem que escutar o Parlamento mesmo, e não apenas as lideranças. Como pode o conselho político dar sua opinião sem antes apurar a opinião de suas bancadas?" indagou. Biasi disse ainda, que no semestre passado, ele e vários membros da Comissão advertiram o ministro da Fazenda, sobre os riscos de aumentar a carga tributária sobre determinados segmentos da po-

pulação, aparentemente sem resultado.

A queda da taxa de juros no mercado interno e a adoção de uma política desenvolvimentista são algumas das sugestões de Biasi ao comando econômico do governo. Ele acha que a alta dos juros é puramente artificial e em consequência pode ser reduzida.

E criticou a política de contenção da base monetária adotada pelo governo. Segundo ele, ela já foi utilizada anteriormente e até hoje não deu qualquer resultado.

Sobre o déficit público, o deputado acredita que a proposta do governo, diminuindo a produção, vai provocar um estouro nas finanças governamentais no próximo ano. "Vamos dever mais internamente" prevê o parlamentar. Biasi criticou a política do Conselho Interministerial de Preços (CIP), de conter os aumentos de diversos produtos, acusando-a de contraditória. E explica que o preço do aço nacional está abaixo da tabela internacional. "Portanto, estamos exportando o material a preços aviltantes".

Biasi viaja neste fim-de-semana para os Estados Unidos, onde vai manter contato com diretores do Citibank e Chase Manhattan, credores da dívida brasileira. Ele pretende discutir com os banqueiros a questão da renegociação da dívida externa e simultaneamente expor a nossa situação. O presidente da Comissão de Economia vai também conversar com parlamentares norteamericanos, no Capitólio, em Washington, na tentativa de conseguir algum auxílio.

Pacote

Um grupo de parlamentares da ala esquerda do PMDB, insatisfeitos com a política econômica do governo, está montando um pacote para ser negociado com o Palácio do Planalto. O projeto pretende devolver ao Congresso Nacional o direito de legislar sobre matérias de ordem financeira.

Este direito foi cassado ao Parlamento pelos governos militares, desgostosos da

morosidade na tramitação dos projetos e pacotes. Caso o Palácio do Planalto, influenciado pelos ministros econômicos, resolva não proceder a qualquer negociação, este grupo de peemedebistas promete retaliação. Garantem que não vão auxiliar na aprovação de qualquer proposta econômica governamental.

Ameaçam ainda, no caso de recusa nas negociações, anexar seu pacote a qualquer uma das emendas constitucionais em tramitação pela Câmara e promover sua aprovação. Um dos parlamentares, integrante do grupo, declarou que a massa do PMDB não vai assumir a postura do PDS quando partido do governo. "Não podemos ficar de braços cruzados e dizer amém" afirmou. Ele disse que não existe no partido do governo qualquer preferência por Dornelles ou Sayad. No entanto reconheceu que as posições assumidas pelo Ministro do Planejamento estão mais próximas das pretensões peemedebistas. Explicou ainda que as medidas que tiverem de ser aplicadas, devem sé-lo, sobre toda a Nação. "O custo não pode pesar apenas sobre uma parcela da população" declarou.

O documento, depois de elaborado por parlamentares do PMDB será debatido por diversos economistas para os retoques finais.

O documento ao reestabelecer o direito dos parlamentares de legislar sobre matérias de ordem financeira propugna, entre outras coisas, que o Congresso Nacional possa mexer no orçamento da União. Desta forma, os deputados e senadores poderão alocar recursos em áreas que considerarem primordiais.

As decisões do Conselho Monetário Nacional só terão validade depois de referendadas pelos congressistas. Quaisquer pedidos de suplementação ou corte de verbas, bem como a expansão da base monetária e a contratação de empréstimos no exterior vão ter de receber o apoio do Congresso.

JUL
1985

JORNAL DE BRASIL